

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Entre arquiteturas, cidades e feminismos [livro eletrônico] : pesquisas do observatório amar é linha / organização Carolina Pescatori, Maribel Aliaga. -- 1. ed. -- Brasília, DF : LaSUS FAU : Editora Universidade de Brasília, 2022.
PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84854-05-5

1. Arquitetura 2. Cidades 3. Feminismo
4. Mulheres arquitetas 5. Mulheres - Aspectos sociais 6. Urbanismo I. Pescatori, Carolina.
II. Aliaga, Maribel.

22-122453

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

SUMÁRIO

7 Entre palácios e mulheres

Maribel Aliaga

16 Apresentação

Maribel Aliaga; Carolina Pescatori

21 Da cozinha para a rua

A afirmação da mulher como arquiteta

Luiza Rego Dias Coelho

parte 1
Teoria

41 Arquiteturas feministas

Ana Carolina Medeiros

61 A arquitetura feminina invisibilizada de Brasília

Apagamento das mulheres em catálogos arquitetônicos

Júlia Moreira

87 Senzala moderna

A permanência dos “quartos de empregada” em Brasília

Sarah Gabrielle Lucena Silva

parte 2
Violência

105 Arquitetura de fronteir[a]

Mulheres entre Brasil/Venezuela

Júlia Coutinho; Ricardo Trevisan

125 Refugiadas urbanas

Design tático para repensar o trajeto das mulheres em situação de rua na Asa Norte de Brasília

Nádia Vilela

153 O acolhimento social da mulher indígena no Brasil e aspectos habitacionais

O caso de Dourados (MS)

Maitê Campos Vieira

parte 3
Pandemia

177 Cartografia da covid-19

A situação da classe das trabalhadoras domésticas no Distrito Federal

Lorrany da Silva Arcanjo

193 Mulheres na pandemia

Costuras sobre narrativas e números

Júlia Bianchi

parte 4
Perspectivas

215 Direito à cidade para mulheres:

Análise dos planos diretores do Distrito Federal

Sara Cristina de Carvalho Zampronha

247 Montando o Ferro's Bar

Reivindicando a memória lésbica no Brasil

Alyssa Volpini

278 Sobre as autoras

REFUGIADAS URBANAS

DESIGN TÁTICO PARA REPENSAR O TRAJETO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NA ASA NORTE DE BRASÍLIA¹

1. Este artigo é a parte da pesquisa teórica que dará subsídio ao trabalho final de conclusão de curso da autora.

Nádia Vilela

RESUMO

Refugiadas Urbanas é a parte da pesquisa teórica que deu subsídio ao trabalho final de conclusão de curso. Como objetivo geral, foi realizado um mapeamento para compreender a realidade das mulheres em situação de rua que moram no Plano Piloto de Brasília/DF. Em um primeiro momento, a pesquisa se propôs a analisar as origens da aporofobia no Brasil e em Brasília; a seguir, foi feito um mapeamento dos lugares onde estão as mulheres em situação de rua. Também foram identificados os motivos que levaram essas mulheres para as ruas, perspectivando elencar suas necessidades. Por fim, o trabalho propõe alternativas emergenciais para que algumas das necessidades básicas pontuadas sejam atendidas.

PALAVRAS-CHAVE

refugiadas urbanas; Brasília; aporofobia; situação de rua; necessidades.

INTRODUÇÃO

Isabela, casada, tem quatro filhos, morava com sua família em uma casa no município de Planaltina/GO, mas estava desempregada e sem condições para pagar o aluguel. Com isso, o locatário pediu que desocupasse a casa. Após o despejo, ela foi morar na ocupação do Iate Clube com sua família. O seu esposo trabalha com reciclagem, mas, de acordo com ela, ganha pouco para sustentar toda a família. Eles são beneficiários do auxílio do governo, porém, o valor do auxílio, R\$ 400, não cobre as despesas mínimas. Em depoimento ao projeto BSB Invisível, em 2021, Isabela disse:

O governo deveria dar moradias que estão abandonadas para nós. Eu vejo passando na televisão que tem muita casa abandonada. Meu marido fez inscrição na Codhab e até hoje não saiu. Onde eu moro é área pública, eles chegam derrubando tudo! Não esperam a gente tirar documento, as nossas coisas, chegam com trator e passam por cima.

A entrevistada conta que não quer essa vida para os filhos, pois não é agradável viver assim e que a maioria das pessoas pensa que eles “são um bando de desocupados e dependem dos outros. Mas não é todo lugar que a gente chega e arruma emprego. Eu sei fazer tudo dentro de uma casa, só não tenho estudo”. Na mesma entrevista, ela continua:

Meus filhos estudam na Vila Planalto e um dia fizeram bullying porque moramos na ocupação. Eu não tinha dinheiro para comprar material escolar, ganhei um estojo rosa e uma menina fez bullying com ele. Se tivéssemos uma condição melhor, não passaríamos por isso. Queria uma casa, nem que fosse sem piso. Se fosse um lote, eu construiria uma de madeirite.

1. AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Situações como a de Isabela são usuais e se tornaram mais comuns com o avanço da pandemia da covid-19. Por essa razão, é urgente debater a questão e procurar alternativas para as mulheres que vivem nas ruas. Para tanto, precisamos conhecer

o perfil dessas mulheres em situação de rua no DF, o que é um desafio, pois os dados estão defasados. Mesmo antes de toda essa crise sanitária, ter um banco de dados já era uma demanda daqueles que estão envolvidos nessa causa. Quem nos afirma isso é a responsável pelo perfil na rede social Instagram do projeto BSB Invisível, conta administrada por Maria Eduarda Bachi, que representa uma organização não governamental (ONG) responsável por recolher e distribuir alimentos e vestimentas por todo o DF. A entrevistada menciona a dificuldade existente para coletar os dados das pessoas em situação de rua, já que eles não possuem CEP e o governo, em seus censos, necessita preencher endereço para contabilizar os cidadãos.

Essa dificuldade é também mencionada pelo padre Júlio Lancellotti, que constantemente faz denúncias sobre a indiferença e, até mesmo, o ódio mostrados para com as pessoas em situação de rua. Padre Júlio é um pedagogo e presbítero católico brasileiro, muito ativo numa rede social em que constantemente compartilha fotos, fatos e notícias, posicionando-se a favor das pessoas em vulnerabilidade e, em geral, cobrando dos poderes públicos uma solução para o problema. Numa de suas denúncias, ele questiona o censo realizado pela prefeitura de São Paulo no ano de 2022, isso porque a prefeitura não estava contabilizando pessoas que moram embaixo de viadutos, em barracos de madeira.

O objetivo geral desta pesquisa é mapear e compreender a realidade das mulheres em situação de rua que moram no Plano Piloto de Brasília/DF.

Como objetivos específicos, o trabalho se propõe a:

- analisar as origens da aporofobia no Brasil e em Brasília;
- mapear os lugares onde as mulheres em situação de rua estão morando;
- identificar quais os motivos que levaram essas mulheres à situação de rua;
- listar as necessidades dessas mulheres; e
- propor alternativas emergenciais para que algumas das necessidades básicas pontuadas sejam atendidas.

Para alcançar tais objetivos, a metodologia utilizada se baseia em pesquisa bibliográfica, livros, artigos, dissertações e teses, além de censos, mapas, entrevistas, documentários e visitas

a campo. É importante mencionar que este se baseia em um trabalho de conclusão de curso e que, diferentemente do campo das utopias, muito recorrente na arquitetura e no urbanismo, busca não o imaginário, mas o tangível e o cotidiano.

2. POR QUE NA RUA?

Desde o golpe de 2016, que resultou no impedimento da ex-Presidenta Dilma Rousseff, vários direitos vêm sendo gradativamente retirados dos trabalhadores brasileiros. A informalidade aumentou muito após a reforma trabalhista do governo Temer, a insegurança no mercado de trabalho também aumentou, levando muitas pessoas a perderem seus meios de sustento e, conseqüentemente, irem morar nas ruas. No ano de 2011, uma pesquisa que revelava o perfil dos moradores de rua do DF foi publicada pela Universidade Brasília (UnB). A pesquisa mostrava que, naquele momento, o Distrito Federal contava com 2.500 pessoas em situação de rua. Esses dados estão hoje defasados, já que se passaram mais de dez anos e nos últimos dois anos o mundo vem enfrentando a pandemia decorrente de um coronavírus.

Atualmente, a Codeplan está realizando o censo que vai mostrar o perfil da população de rua do DF. Os resultados estavam previstos para serem divulgados até o final do mês de março de 2022, entretanto a pesquisa ainda não² foi publicada no sítio eletrônico oficial. Mesmo com essa falta de dados confiáveis, temos algumas previsões e estimativas da quantidade de pessoas que estão em situação de rua do DF. Conforme a pandemia da covid-19 ia se alastrando e a crise econômica, política e social que o Brasil já enfrentava foi elevada a níveis críticos, era natural esperar que o número de pessoas em situação de rua aumentasse bastante.

Os dados existentes atualmente são baseados nos auxílios que o governo libera para essas pessoas que solicitam atendimento, mas nem todos conseguem obter o mínimo necessário para sobreviver e dependem de ONGs ou outros doadores. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES, 2021), até o mês de março de 2021, havia 2.303 pessoas em situação de rua no Distrito Federal. Esse número revela um aumento de 17,5% em relação a 2020, quando havia 2.181 pessoas na mesma situação no DF. Infelizmente, a pesquisa não revela dados mais específicos de gênero, raça ou até mesmo um mapeamento de onde essas pessoas estão acampadas.

2. Depois da escrita deste trabalho, a pesquisa foi lançada e está disponível em:



Por meio das entrevistas obtidas através da conta de rede social BSB Invisível (@bsbinvisível_), pudemos ter uma noção de quais são os lugares que essas pessoas passam a noite, quais os tipos de trabalho que exercem, quais seus anseios e quais são os maiores problemas que enfrentam. Em relação ao mapeamento, localizamos o acampamento que fica na L4 Norte, mencionado pela maior parte das mulheres que deram depoimento, além da ocupação do CCBB, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul; da ocupação que fica na entrada da Vila Planalto; e da ocupação que fica em frente ao posto policial, no Bloco K, da Colina da UnB., Abaixo, temos o mapa com dados fornecidos pelo Movimento População de Rua do Distrito Federal que mostra onde estão concentrados os acampamentos das pessoas em situação de rua.

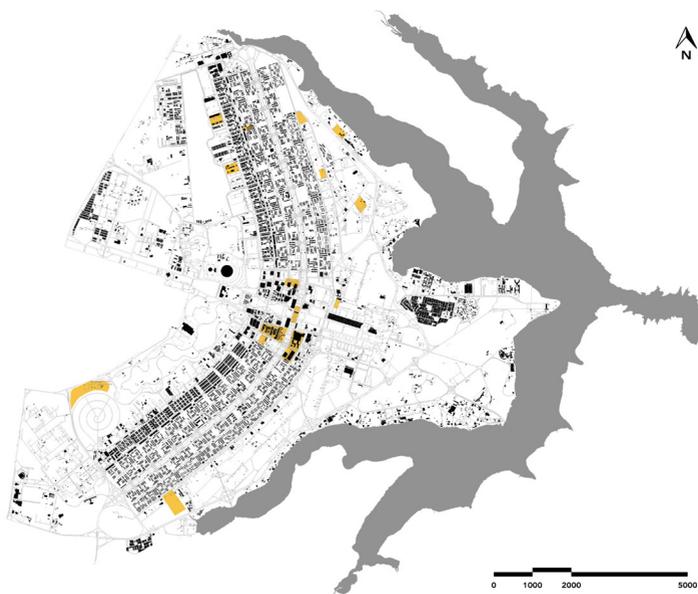


Figura 1

Mapa dos acampamentos no DF.

Fonte: Dados da ONG Movimento de Rua DF compatibilizados com depoimentos da ONG BSB Invisível.

3. CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A situação de Isabela, mencionada no início deste texto, pode ser um bom exemplo do que é classificado como “morador de rua circunstancial”. Ela e sua família possuíam uma casa, mas, por causa das diversas crises enfrentadas pelo país e por falta de um Estado forte, não tiveram alternativa a não ser dormir na rua. Além de Isabela, podemos citar a situação de Rafael e sua esposa, Camila:

Meu nome é Rafael, o nome da minha esposa é Camila. Nós viemos falar um pouco da nossa vida para ver se alguém pode nos ajudar! Devido a essa pandemia, eu e minha esposa ficamos desempregados no meio dessa crise dessa doença. Nisso, nós viemos parar em situação de rua... porque a gente ficou desempregado, não tinha mais como pagar aluguel, as despesas de casa... então viemos parar na rua. Nós temos duas filhinhas! As filhas, a gente deixou aos cuidados da minha sogra e da minha cunhada, irmã da minha esposa. E assim, hoje, nós estamos em situação de rua, mas, mesmo nessa situação difícil, a gente procura trabalhar com reciclagem, a gente vai pro semáforo... na verdade nós trabalhamos no semáforo! Vendendo água e pipoca. Só que no meio tempo, quando a gente não tá no semáforo, nós catamos reciclagem (Depoimento de Rafael e Camila, BSB INVISÍVEL, 2021).

Em relação aos “moradores de rua sazonais”, podemos entender como aqueles que moram em alguma região no entorno do Plano Piloto de Brasília, mas, como trabalham na cidade e, por vezes, não têm possibilidade de se locomover todos os dias entre seu local de trabalho e sua residência, acabam dormindo na rua durante a semana:

Meu nome é Amanda! Eu já morei mais de 10 anos da minha vida na rua... Agora tenho a casa da minha irmã no Valparaíso, mas como meu esposo trabalha no Plano, eu não posso voltar pra lá todo dia. A gente passa a semana aqui... Já falei pra ele, para sairmos daqui, irmos de vez pra roça, mas ele não quer deixar o trabalho... (Depoimento de Amanda, BSB INVISÍVEL, 2021).

E, por fim, outro termo relevante é “morador de rua contínuo”, que se refere às pessoas em situação de rua que não conhecem outra realidade pois nunca tiveram casa. São diversos os motivos que levam uma pessoa a estar toda a vida na rua.

Meu nome é Maria do Socorro. Eu sou uma mulher guerreira, tenho 9 filhos, 14 netos e minha maior vontade é poder comprar coisas que possam melhorar a vida da minha família, queria dar uma vida melhor pra cada um. Tem 35 anos que moro em Brasília, mas eu sou lá da Paraíba! Eu moro na rua desde criança, essa é a única realidade que conheço, nunca tive uma casa... Já

trabalhei algumas vezes, já fui presa também. Nossa não consigo nem falar muito dessas coisas, minha prisão foi muito injusta. Mas ainda bem que já passou, é distante (Depoimento de Maria do Socorro, BSB INVISÍVEL, 2021).

4. MAPEAMENTO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NO DF

A partir de todos os depoimentos a que tivemos acesso pela conta BSB Invisível e pela ONG Movimento de Rua, fizemos o mapeamento de onde as mulheres em situação de rua estão acampadas, quais são suas maiores necessidades — o que inclui desde sonhos até necessidades emergenciais —, qual a porcentagem que possui filhos, qual a média de filhos por mulher, qual a média de idade presente nos depoimentos e quantas delas trabalham com reciclagem.

Foram analisados 75 depoimentos. Essas mulheres têm, em média, 40,7 anos, sendo a entrevistada mais jovem uma moça de 18 anos e a mais velha uma senhora de 76 anos. Antes de apresentarmos os resultados, faz-se importante destacar que as perguntas não foram elaboradas por nós, o que nos leva a considerar com cautela algumas informações obtidas. Por exemplo, é possível que o número de mulheres com filhos seja maior, assim como o número de mulheres que trabalham com reciclagem e a média de idades também certamente seria diferente, já que não sabemos a idade de todas as entrevistadas.



Figura 2

Gráfico das mulheres em situação de rua no DF.

Fonte: a autora.

5. O DUPLO MEDO DA RUA

“Negada na maternidade, moradora de rua dá à luz na calçada” (MS NOTÍCIAS, 2022), “População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia” (PALHARES e ZYLBERKAN, 2022), “Moradores da 312 Sul marcam reunião para discutir retirada de pessoas em situação de rua da quadra, em Brasília” (G1/DF, 2022). Essas notícias são reais e aconteceram no Brasil recentemente.

Paralelamente, também recentemente, um vereador apresentou um projeto de lei para combater esmolas em Toledo/PR (GAZETA, 2022). Em Campo Grande/MS, foi lançada campanha slogan “Não dê esmola!”. De acordo com a vice-prefeita, Adriane Lopes, “quando damos esmola, fomentamos que essas pessoas permaneçam nas ruas” (DIÁRIO DIGITAL, 2021). No final do ano de 2020, já em meio à pandemia da covid-19, a Prefeitura de Patos de Minas/MG lançou a campanha “Não dê esmola, dê cidadania” (PATOS DE MINAS, 2020) e, por fim, a Prefeitura de Florianópolis/SC afirma que não dar esmolas é a melhor ajuda (G1, 2019).

Todas essas atitudes apresentadas anteriormente podem ser classificadas como aporofobia. O termo surge a partir de duas palavras de origem grega “áporos”, que significa o pobre, o desamparado, e “fobia”, que significa temer, odiar, rejeitar. Ou seja, a aporofobia está relacionada ao ódio ao pobre e ao miserável. Esse ódio pode ser bem visualizado por meio de grades em forma de arco colocadas sobre qualquer estrutura que se assemelhe ou que possa ser usada como banco, pedras perfurantes instaladas sob viadutos, estruturas metálicas, por vezes com pontas afiadas, colocadas em volta de floreiras espalhadas pela cidade, separadores de assento instaladas em bancos para que não possam ser usados como cama improvisada, vasos com plantas fixados no chão sob marquises e um sistema de irrigação que sempre deixa a calçadas molhadas (ver sequência de imagens).

Além da aporofobia, existe uma expressão conhecida no mundo todo chamada *not in my backyard* (NIMBY), que, em tradução livre, significa, “não no meu quintal”. Essa expressão se refere a atitudes de exclusão social quando um determinado grupo de pessoas não quer a presença de um grupo diferente do seu em sua vizinhança. Os autores Montaner e Muxí (2021) afirmam:

O nimbysmo geralmente vai contra a transformação dos bairros na direção do aumento controlado de densidades e alturas e contra a intensificação da mistura de funções, introduzindo mais equipamentos e, também, mais moradias, em certas ocasiões dentro dos próprios equipamentos [...]. A atitude Nimby apresenta uma de suas facetas mais miseráveis nas plataformas organizadas contra a operação de moradia pública, justificando que na moradia há, de fato, uso privado, e buscando todas as brechas legais possíveis para paralisar o projeto e a obra .

Para os autores, por trás desses posicionamentos (como “não quero moradia social na frente da minha casa”), se esconde o real motivo, essas pessoas não querem “os outros” em seu bairro, pois, “consideram que isso abaixará o valor de suas propriedades, podem trazer conflitos e vão obrigá-los a compartilhar serviços e equipamentos com mais pessoas” (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 162).



Figura 3

Exemplos de aporofobia.

Fonte: Padre Júlio Lancellotti.

Disponível em:



Sabemos que “uma cidade nasce de um processo histórico, marcada por um tempo, dentro de um espaço e sua formação é movida por um processo de interesses políticos, econômicos, geográficos e sociais” (ALVES, 2013, p. 40). Com isso em mente, pretendemos fazer um breve panorama de como esses interesses conflitantes podem levar à desigualdade e deixar pessoas em situações de vulnerabilidade. Para Alves (2013, p. 43),

Por ser a cidade um conjunto de lugares que decorrem da reprodução das relações capitalistas, essa é um mosaico de inúmeras paisagens que revelam as desigualdades sociais e espaciais, materializadas no espaço urbano. Sendo assim, é espaço das múltiplas expressões da questão social consubstanciadas nas mais significativas desigualdades que se revelam em diferentes formas de habitação, como as áreas de risco, as favelas e outros aglomerados subnormais. É espaço das lutas e contradições expressas tanto nas manifestações formais quanto no próprio movimento da vida que vai sendo tecida diariamente em sociedade.

Maria Elaene Rodrigues Alves (2013, p. 43) segue afirmando que um aspecto que chama muito a atenção na paisagem urbana é o choque de diferenças, e isso ocorre porque

a cidade é concentração de pessoas exercendo uma série de atividades concorrentes ou complementares em função da divisão social do trabalho e que acaba por enredar uma disputa em torno de seu uso.

A autora menciona que os processos de transformações das grandes cidades brasileiras são caracterizados pelo aumento da desigualdade. Isso leva à proliferação de favelas, enchentes, desemprego e subemprego, ocupações de solo irregulares etc.:

Em seu processo de transformações as grandes cidades brasileiras têm se caracterizado, em geral, pelo aumento cotidiano das desigualdades. Com isto prosseguem a proliferação de favelas e das enchentes, do desemprego e subemprego, as irregularidades na ocupação do solo (devido tanto à especulação imobiliária como pela falta de moradias que levam os sem-teto a viverem às

margens de rios e canais), as agressões ao meio ambiente com a poluição do ar e das águas pela ação industrial, a violência urbana e a segregação social, a ineficiência e/ou insuficiência das políticas sociais no atendimento de saúde, de assistência, de educação (ALVES, 2013, p. 43).

Mas seria desonesto afirmar que o problema da população em situação de rua é um fenômeno recente. Sabemos que é uma questão que vem desde a antiguidade, mas foi nas sociedades capitalistas que sua origem como expressão dos problemas sociais foi determinado pelas desigualdades de classe e pela “particularidade de que nesta sociedade a exploração de uma classe sobre outra se realiza de forma mais profunda, contribuindo assim para o aumento da miséria” (ALVES, 2013, p. 47).

A partir de agora, abordaremos a evolução da desigualdade na cidade de Brasília, e, conseqüentemente, o que nos faz ser um país que não só consegue tolerar ver a miserabilidade nas ruas, mas também reproduz intervenções hostis na arquitetura e nos equipamentos públicos como pudemos ver acima.

6. BRASÍLIA E A DESIGUALDADE NASCEM JUNTAS

Brasília, cidade planejada, símbolo do modernismo no Brasil, com avenidas largas, edifícios monumentais, fundada em 1960, “foi concebida como a representação utópica de uma ideologia capitalista, tradutora de um pensamento poético de grandiosidade e monumentalidade” (ALVES, 2005, p. 124). A autora afirma que:

Apesar de Brasília ter sido concebida como uma cidade ideal, como uma ‘urbs’ — um ambiente arquitetônico planejado —, percebe-se que ao longo da História vem se transformando em um organismo vivo e contraditório, uma cidade que, como tantas outras, tem muitas comunidades e identidades. Brasília, símbolo do novo Brasil, insinuava a modernidade em ação, materializando um momento de prematuridade em busca de um novo centro, de estabilidade e ordem social, no qual o complexo de inferioridade e a passividade pareciam estar superados (ALVES, 2005, p. 128).

Já Araújo (2018, p. 2) declara que “Brasília se tornou a síntese do Estado nacional brasileiro, seu planejamento encontrou, em poucas décadas, óbices ao utopismo arquitetônico vigente em suas linhas e curvas”. Para o mesmo autor, apesar de Brasília ser o sonho de um modelo do que o Brasil deveria ser, a cidade é um preciso “retrato da dialética social, espacial, histórica, econômica e política da população brasileira, tornada real no esforço de sua construção no planalto central” (ARAÚJO, 2018, p. 2).

A cidade que foi materializada por belos edifícios projetados por Oscar Niemeyer e “idealizada por Lucio Costa — que em seu discurso deveria inibir as desigualdades sociais tão presentes em todo o território nacional já naquele período — para muitos não logrou atingir o seu objetivo” (SOMBRA JÚNIOR, 2018, p. 155). Lara Alves (2005) trata sobre a identidade da cidade em seu artigo “A construção de Brasília”. Para a autora (2005, p. 129),

[...] a identidade de uma cidade é caracterizada também pela desordem, pela diversidade e diferença, ou, em outras palavras, pelas pessoas. Não os cidadãos ideais e imaginados pelos teóricos do planejamento urbano, e sim pessoas reais que nunca aparecem nos desenhos arquitetônicos. Na verdade, a autoidentidade de Brasília é tão problemática quanto a necessidade que foi criada para elegê-la como representante de nossa identidade nacional. Não podemos cometer o erro de reduzir a cidade à arquitetura e ao urbanismo do poder, à sua dimensão simbólica (utópica), ou a uma monumentalidade superficial e distante, concentrada apenas no Plano Piloto. O que queremos dizer é que a utopia da cidade de Brasília nos faz refletir sobre as diversas formas de cultura e de arte de seus moradores, vindos de diversas partes do país e que se acumulam em torno do Plano Piloto, dezenas de cidades satélites.

A ideia de que Brasília sintetiza a desigualdade da modernização é defendida por Canclini (1998, p. 154, *apud* ARAÚJO, 2018, p. 15), ao dizer que “[...] a cidade de Brasília, ao propor em seu planejamento a destinação do nacionalismo futurista, acaba por sintetizar esta desigualdade da modernização”. É possível mapear tal desigualdade tanto a nível de menor escala, nos limites do Distrito Federal, quanto quando se compara com o cenário urbano do país: “[...] não chegamos a uma modernidade, mas a vários

processos desiguais e combinados de modernização” (CANCLINI, 1998, p. 154, *apud* ARAÚJO, 2018, p. 16).

Lucio Costa se manifestou em diversas ocasiões sobre seu projeto e, como será apresentado a seguir, após Brasília já ter se tornado uma cidade consolidada, o arquiteto falou sobre o esforço de se colaborar com o desenvolvimento do país. Nesse trecho, especificamente, é possível perceber que ele acreditava realmente que nossa sociedade já havia alcançado maturidade e que o país era “senhor de seu destino”. Entretanto, nessa mesma fala, ele admite que a cidade, com razão, apresentava contradições:

*Fruto embora de um ato deliberado de vontade e comando, Brasília não é um gesto gratuito de vaidade pessoal ou política, à moda da Renascença, mas o coroamento de um grande esforço coletivo em vista ao desenvolvimento nacional — siderurgia, petróleo, barragens, autoestradas, indústria automobilística, construção naval; corresponde assim à chave de uma abóbada e, pela singularidade de sua concepção urbanística e de sua expressão arquitetônica, testemunha a maturidade intelectual do povo que a concebeu, povo então empenhado na construção de um novo Brasil, voltado para o futuro e já senhor do seu destino. Assim, a mil metros de altitude e a mil quilômetros do Rio de Janeiro, os brasileiros, não obstante a fama de comodistas e indolentes, construíram em três anos, a sua capital. E se foi construída em tão pouco tempo, foi precisamente para assegurar-lhe a irreversibilidade apesar das mudanças de administração e de governo. E de fato já resistiu, nos seus sete anos de existência, a quatro novos presidentes e vários prefeitos, e a acontecimentos de ordem política e militar imprevisos, prova de sua boa constituição. Mas é natural que Brasília tenha os seus problemas, que são em verdade as contradições e os problemas do próprio país ainda em vias de desenvolvimento não integrado, onde a tradição recente de uma economia agrária escravagista e uma industrialização tardia não planejada deixaram a marca tenaz do pauperismo. A simples mudança da capital não poderia resolver estas contradições fundamentais, tanto mais que poderosos interesses adquiridos beneficiam-se desse status quo de “anomalia crônica” que, na periferia da cidade, já readquiriu seus direitos (LÚCIO COSTA, 1995 *apud* SOMBRA JÚNIOR, 2018 pp. 156-157).*

Lucio Costa segue sua fala exaltando o feito da construção de Brasília, reforçando o lugar em que hoje a vida brota onde antes havia deserto e solidão. Existe também um certo elitismo em sua fala, quando ele afirma que mesmo a periferia se sente melhor aqui que em seu lugar de origem:

*Contudo, apesar desses problemas de ordem política, econômica e social — aos quais se vieram a juntar agora outros de natureza institucional —, a verdade é que Brasília existe onde há poucos anos só havia deserto e solidão; a verdade é que a cidade já é acessível dos pontos extremos do país; a verdade é que a vida brota e a atividade se articula ao longo dessas novas vias; a verdade é que seus habitantes se adaptam ao estilo novo de vida que ela enseja, e que as crianças são felizes, lembrança que lhes marcará a vida para sempre; **a verdade é que mesmo aqueles que vivem em condições anormais na periferia sentem-se ali melhor que dantes** [grifo nosso]; a verdade é que a sua arquitetura, despojada e algo abstrata, se insere com naturalidade no dia a dia da vida privada e administrativa, o que confere à cidade um caráter irreal e sui-generis que é o seu atrativo e o seu encanto; a verdade, finalmente, é que Brasília é verdadeiramente capital e não cidade de província uma vez que por sua escala e intenção ela já corresponde, apesar de todas as suas deficiências atuais, à grandeza e aos destinos do país (LUCIO COSTA, 1995 apud SOMBRA JÚNIOR, 2018, p. 157).*

No trecho a seguir, existe uma mudança de discurso, agora, depois de a cidade já consolidada apresentar problemas e ser duramente criticada, Lucio Costa afirma que o urbanismo não resolveria os problemas sociais existentes no Brasil:

*A construção de Brasília, no cerrado deserto [...] provocou, de início, um movimento geral de simpatia no estrangeiro [...]. Em seguida, começaram a “esnobar” a cidade, acusada de ser uma oportunidade perdida porque — entre outras falhas — a população pobre estava mal alojada. **Como se por uma simples transferência de capital o urbanismo pudesse resolver os vícios de uma realidade econômico-social secular. Como se o Brasil não fosse o Brasil, mas a Suécia, ou outro país qualquer devidamente civilizado.***

Ora, aqui, até os últimos anos do século XIX, a população obreira era constituída de escravos. Cada família pequeno-burguesa tinha em casa dois ou três escravos, de modo que depois da abolição, o comportamento escravagista permaneceu. Por um lado, o operário aceitava como natural sua condição de inferioridade — aqui, a atitude reivindicatória do proletariado é coisa recente — e, por outro lado, os burgueses, apesar da familiaridade no trato com os empregados, sempre os mantinham a distância, como anteriormente nas senzalas. Isto explica porque não foi considerada minha proposição inicial de prever, ao longo de todo o eixo rodoviário-residencial, moradia para três níveis diferentes de poder aquisitivo — o que, entretanto, não teria resolvido o problema, já que grande parte da população trabalhadora é ainda menos que pobre [grifo nosso]. A mão de obra afluíu de toda parte, de modo que em torno de cada canteiro surgiram favelas, e foi necessário transferi-las para outros lugares, à medida que o ritmo das construções diminuía (LÚCIO COSTA, 1995 apud SOMBRA JÚNIOR, 2018, p. 160).

Nesses breves relatos, é possível perceber que Brasília começa sendo um sonho utópico, mas, à medida que vai nascendo, a desigualdade e suas contradições surgem concomitantemente. Com uma clara divisão de classes, sua setorização bem definida, o tempo, as escolhas e o desenho foram separando e deixando cada vez mais distantes aqueles que já viviam marginalizados.

7. POR UM URBANISMO DO COMUM — INTERVENÇÕES URBANAS EMERGENCIAIS PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

“As soluções para o futuro do planeta devem surgir do funcionamento equilibrado e eficiente da extrema complexidade do espaço urbano. E isso deve admitir correções e mudanças drásticas e radicais” (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 65). Essa frase foi escolhida propositalmente para começarmos este tópico, logo após falarmos brevemente como nossa sociedade possui grandes problemas urbanos e sociais.

No capítulo anterior, foi apresentado um sonho de uma Cidade Nova que marcaria o início de um novo Brasil. Todavia, após alguns anos e algumas críticas, Lucio Costa mudou o discurso e percebeu que os problemas eram grandes demais para serem resolvidos com um desenho urbano “inovador”.

Concordamos em parte com a postura de Lucio Costa, os problemas sociais não seriam resolvidos com urbanismo, assim como não foram resolvidos com a mudança da população do campo para as cidades, tal qual foi mostrado no tópico sobre as origens da aporofobia no Brasil. Como também já foi mencionado anteriormente, este trabalho não almeja mostrar soluções definitivas, mas se propõe a apresentar pequenas alternativas emergenciais na escala do cotidiano, que podem ser classificadas como Urbanismo Tático ou Microubanismo.

Nesse tipo de intervenção, “são enfatizados mais os processos que os produtos finais, cada intervenção é colocada à prova antes que seja definitiva, assumindo processos participativos” (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 147). Os mesmos autores continuam:

[...] o urbanismo tático, por consistir em intervenções delimitadas, modestas e aprimoráveis, ainda que possam ter muito efeito na vida cotidiana, é depreciado por uma parte das pessoas, que preferem intervenções convencionais, visíveis, contundentes e definitivas [...]. A prioridade deveria consistir em aproveitar, refazer, recuperar e melhorar. Por isso, o urbanismo exige intervenções de manutenção e melhoria que influenciam a escala do cotidiano, como uma espécie de microubanismo (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 148).

Os autores nos mostram que é possível, além de necessário, integrar os distintos modos de vida na cidade. O livro “Política e Arquitetura — Por um urbanismo do comum e ecofeminista”, de Josep Maria Montaner e Zaida Muxí (2021), apresenta diversos exemplos de como o poder público, com uma equipe técnica capacitada, consegue agir e solucionar ou diminuir diversos problemas urbanos:

É importante que a cidade seja capaz de integrar modos de vida não convencionais e nômades, como os da comunidade de

Rom. Ou que saiba reconhecer que certas camadas populares, de imigrantes ou pessoas sem renda, dentro de sociedades opulentas e esbanjadoras, sobrevivem recorrendo à reciclagem de tudo que a sociedade descarta, como modo de trabalho e sustento, carecendo de terrenos e armazéns. Vale lembrar o fracasso em São Paulo, do novo conjunto de moradias realocadas do Parque do Gato, cuja concepção não previu como a maioria de seus habitantes gerava sua renda, carecendo de espaço para reciclagem e armazenagem, e por isso os moradores acabaram invadindo e tomando todos os espaços do térreo, projetados como áreas livres (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 149)

Quando um governo municipal ou distrital se utiliza de normas, leis e taxas para regularizar, limitar ou punir determinadas escolhas de cidadãos ou de grandes corporações, o urbanismo passa a ter uma chance. Essas grandes empresas, em geral, querem mais e mais lucros em detrimento da população, do bairro e, conseqüentemente, da cidade. As intervenções urbanísticas que visam ao bem estar da população e sua diversidade precisam de um Estado forte e disposto a tomar decisões que possam diminuir os benefícios de determinados grupos sociais. Para Montaner e Muxí (2021, p. 100),

O comum no urbano se manifesta em diversas escalas, espaços e conceitos. Em primeiro lugar, no valor do espaço público e na luta para controlar tudo que ameaça sua privatização. A ênfase do comum requer que em cada bairro haja um equilíbrio entre os usos gratuitos do espaço público, como lugar de encontro e lazer, e seus usos mais ligados ao consumo, como as áreas abertas dos bares e restaurantes, espaços apropriados pelas feiras e promoções.

E para finalizar este tópico, antes de seguirmos com referências de microubanismo pelo mundo, vamos deixar uma frase muito de Montaner e Muxí, que afirmam que o futuro do urbano não deve ser guiado pela dominação da máquina e pela velocidade, “na verdade é o contrário, o futuro do urbano está na humanização e na renaturalização” (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 87).

8. REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INTERVENÇÃO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Este tópico será dedicado a apresentar algumas intervenções que têm sido propostas pelo mundo voltadas para as pessoas em situação de rua. Essas referências serão utilizadas como inspiração para as soluções emergenciais para os problemas das refugiadas urbanas do Plano Piloto de Brasília/DF.

8.1. O BANHEIRO MÓVEL DA LAVA MAE

A primeira intervenção é o *Lava Mae*, é um banheiro móvel que oferece água limpa para banho para as pessoas em situação de rua. Doniece Sandoval, fundador e diretor executivo da *Lava Mae*, pensou que essa seria a melhor solução para levar higiene diretamente para quem precisa. De acordo com Doniece Sandoval, se foi possível que se colocasse comida *gourmet* sobre rodas, por que não conseguiriam colocar banheiros?

A organização começou no ano de 2013, com a reforma de alguns ônibus que já não eram mais utilizados e estavam sendo direcionados para o depósito de ferro velho. Depois da reforma, cada ônibus ganhou dois banheiros com chuveiro e sanitário e se movem pelas ruas de São Francisco, Oakland e Los Angeles, nos Estados Unidos da América.

8.2. A BARBEARIA MÓVEL NA AUSTRÁLIA

Outra ideia foi desenvolvida pelas cabeleireiras Danielle Hannah e Teresa Reed, que trabalham e moram em Brisbane, na Austrália. As duas mulheres transformaram o *trailer* em um salão sobre rodas que passa pelas ruas da cidade oferecendo cortes de cabelo gratuitos para pessoas em situação de rua e, de acordo com as idealizadoras do projeto, a ação pretende trazer um pouco dignidade para essas pessoas que tanto necessitam e são negligenciadas.

8.3. O CAFÉ QUE MUDA VIDAS DA CHANGE PLEASE

A ONG *Change Please* distribuiu vários carrinhos que vendem café pela cidade de Londres, na Inglaterra, e paga aos moradores de rua um salário-mínimo para trabalharem e cuidarem desses

postos. Além de promover um abrigo, as cafeterias móveis ajudam o morador de rua financeiramente e isso pode ajudar a ter uma vida inserida na sociedade novamente. Após seis meses trabalhando nos cafés móveis, a instituição fornece emprego em tempo integral em uma loja de uma rede de cafeterias estabelecida.

8.4. A LAVANDERIA MÓVEL NA AUSTRÁLIA

Dois amigos que moram na cidade de Brisbane, na Austrália, resolveram montar uma lavanderia móvel para ajudar pessoas em situação de rua a manterem suas roupas e roupas de cama limpas. Os amigos se chamam Lucas Patchett e Nicholas Marchesi, ambos com 21 anos de idade. Eles montaram uma pequena *van* com duas máquinas de lavar ligadas a um gerador de energia. Eles dizem que o objetivo é restaurar a dignidade dessas pessoas que dormem pelas ruas da cidade e garantir o direito básico à higiene.

8.5. ABRIGO DA CONSCIENTIZAÇÃO

A ONG *Rain City*, localizada na cidade de Vancouver, Canadá, encontrou uma nova maneira de gerar consciência e abrigo ao mesmo tempo. Eles criaram um banco que pode ser aberto e com isso cria um abrigo simples. Mesmo não sendo uma intervenção permanente, ela serviu para chamar atenção e levar à reflexão o problema das pessoas que vivem em situação de rua. A intervenção também chamou bastante atenção da mídia e trouxe para o debate a questão das intervenções hostis pela cidade, aquelas mesmas que chamamos de aporofobia no início deste trabalho.

8.6. A PROPOSTA DA HAWSE (HOMES THROUGH APPRENTICESHIPS WITH SKILLS FOR EMPLOYMENT)

O escritório Levitt Bernstein venceu um concurso de *design* organizado pela *Building Trust*, uma instituição de caridade que se dedica a fornecer casas para os necessitados no mundo todo. Com o projeto intitulado *Homes through Apprenticeships With Skills for Employment (HAWSE)*, aproveita ao máximo espaços não utilizados em áreas altamente povoadas, habitando garagens abandonadas em conjuntos habitacionais existentes e proporcionando não apenas uma casa, mas a oportunidade de aprender sobre técnicas de construção.

9. INTERVENÇÕES PARA A ASA NORTE DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA/DF

9.1. PROPOSTA 1 — NOVAS LIXEIRAS PAPA-REICLÁVEIS

Atualmente, o governo do Distrito Federal, por meio do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal, fornece contêineres de superfície para armazenagem de lixo reciclável, são os chamados Papa-Recicláveis. Eles possuem a capacidade de 2,5m³ e têm abertura elevada “para impedir a remoção por animais e pessoas não autorizadas” (SLUDF, 2022). O sítio eletrônico ainda traz as seguintes informações:

O objetivo dos papa-recicláveis, além de universalizar a coleta seletiva, é sensibilizar e orientar a população para a colaboração com a limpeza urbana e a separação de materiais recicláveis. Foram incluídas nos equipamentos informações educativas sobre os materiais a serem depositados bem como orientações quanto a esclarecimentos de dúvidas, denúncias ou demais informações (SLUDF, 2022).

Com esse desenho atual de contêiner, o acesso ao lixo reciclável pelos moradores de rua que dependem desse tipo de produto para conseguir dinheiro fica dificultado. Como as próprias informações do governo afirmam, ele foi pensado para que pessoas não autorizadas não acessem o lixo e isso dificulta cada vez mais a sobrevivência de pessoas em situação de rua. A seguir, será apresentado um mapa, representado pela Figura 4, com a localização dos contêineres na Asa Norte do Plano Piloto. Esse mapeamento é importante pois foi a área escolhida para uma possível intervenção, visto que a maioria das ocupações mapeadas ficam na Asa Norte ou em suas proximidades.

Como foi apresentado na segunda seção, muitas mulheres em situação de rua dependem da venda do lixo reciclável para comprar alimento para seus filhos. Entretanto, observamos anteriormente que o governo do Distrito Federal agora fornece e incentiva o uso desses modelos de contêineres, o que dificulta o trabalho dessas mulheres. A primeira proposta de intervenção seria o redesenho desse Papa-Reciclável para que deixe de ser mais uma forma de excluir e inviabilizar ainda mais a sobrevivência das mulheres em situação de rua.

Figura 4

Mapeamento dos
Papa-Recicláveis
na Asa Norte do
Plano Piloto de
Brasília/DF.

Fonte: a autora,
com dados da
SLU-DF.

Disponível em:



9.2. PROPOSTA 2 — BANHEIRO MÓVEL

Um segundo problema identificado foi o da falta de local para banho e até mesmo banheiros disponíveis para as pessoas em situação de rua. A segunda proposta pretende remodelar ônibus que foram descartados e instalar chuveiros e sanitários que sejam disponibilizados e faça um circuito diário pelos acampamentos.

9.3. PROPOSTA 3 — BARBEIRO/CABELEIREIRO MÓVEL

Assim como a proposta das amigas de Brisbane mostrada no tópico anterior, pretendemos oferecer cabeleireiro grátis para as pessoas em situação de rua. A ideia seria uma *van* que passasse pelos acampamentos oferecendo corte de cabelo gratuito.

9.4. PROPOSTA 4 — CARRINHO PARA MATERIAL RECICLADO ACOPLADO À BICICLETA

Outro problema identificado foi o dos carrinhos de supermercado que as mulheres em situação de rua que trabalham com reciclagem utilizam durante o seu dia a dia. Alguns depoimentos analisados traziam o desejo de ter uma bicicleta ou carrinho de bebê para que o trabalho de coleta se tornasse menos complicado. A proposta seria desenhar um carrinho que tenha uma bicicleta e também tenha a possibilidade de colocar um bebê de colo protegido e bem acomodado para que suas mães consigam trabalhar de forma mais fácil.

9.5. PROPOSTA 5 — HORTA COMUNITÁRIA

A quinta proposta seria criar uma possibilidade de gerar emprego e alimento. São muitas as áreas públicas do Distrito Federal e as pessoas em situação de rua se instalam nessas áreas verdes e livres. Nesse caso, o governo teria que fazer a cessão de algumas dessas áreas para essas pessoas que ali eles poderiam cultivar alimento para seu sustento.

9.6. PROPOSTA 6 — PONTOS DE APOIO COM LAVANDERIA E GUARDA-VOLUMES

A sexta proposta seria a criação de mais pontos de apoio para auxílio das pessoas em situação de rua. Esses locais teriam máquinas de lavar instaladas e guarda-volumes que resolveria parte do problema com a documentação relatada em diversos depoimentos, quando os funcionários do GDF recolhem os pertences dos moradores de rua e não devolvem, alegando que eles não podem ficar onde estão.

9.7. PROPOSTA 7 — COZINHA COMUNITÁRIA — ITINERANTES

Por fim, a proposta seria criar uma possibilidade de as pessoas em situação de rua cozinharem seus alimentos com fogões que fossem acesos por placas de energia solar. A falta de um local de apoio leva muitas dessas mulheres a mendicância e nesses momentos a aporofobia é expressa de maneira mais desumana. Essa proposta tentaria resolver alguns problemas e incentivaria o sentimento de comunidade que já é muito presente nos acampamentos de moradores de rua.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lara Moreira. A construção de Brasília: uma contradição entre utopia e realidade. In: **Revista de História da Arte e Arquitetura**. Campinas: Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, 2005.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **Vidas privadas em espaços públicos**: uma análise da violência contra a mulher moradora de rua em Fortaleza. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2013.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. Brasília: ideias e contradições de uma espacialidade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 33, e, 34471, 2018.

ARRUDA, Patrícia Cabral de. **Brasília**: cidade planejada, identidade fluida. IV ENECULT — Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 28 a 30 de maio de 2008. Salvador-Bahia, Brasil.

BALIEIRO, Eucleia Oliveira; SOARES, Carla Patrícia Dias; VIEIRA, Eliara de Araújo. Morador de rua: causas, entraves e serviços ofertados. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez., 2017.

BSB INVISÍVEL. **Depoimento de Isabela**. Brasília, 23 nov. 2021. Instagram: @bsbivisivel_. Disponível em: www.instagram.com/p/CWo7paIFtzg. Acesso em: 21 jan. 2022.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DEL VALLE, R. M. **Mulheres (in)visíveis**: a vulnerabilidade urbana, as organizações e as políticas públicas em prol das prostitutas em meio à pandemia da Covid-19. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 48-68, 2021.

DIÁRIO DIGITAL. ‘Não dê esmola’, campanha realizada pela Prefeitura para evitar o aumento de pessoas no semáforo. Campo Grande, 20 set. 2021. Disponível em: noticias.r7.com/cidades/diario-digital/nao-de-esmola-campanha-realizada-pela-prefeitura-para-evitar-o-aumento-de-pessoas-no-semaforo-20092021. Acesso em: 20 fev. 2022.

FUENTES, Maribel Aliaga; PESCATORI, Carolina; COELHO, Luiza Dias. **As (arquitetas) mulheres que fizeram a capital:** seus projetos, suas vidas. 13º Seminário Docomomo, Brasil. Salvador-BA, 7 a 10 de outubro de 2019.

GAZETA, Redação. Vereador apresenta projeto para combater esmolos em Toledo. **Gazeta de Toledo**, Toledo, 18 fev. 2022. Disponível em: gazetadetoledo.com.br/vereador-apresenta-projeto-para-combater-esmolos-em-toledo. Acesso em: 20 fev. 2022.G1.

G1. Não dar esmolos é a melhor ajuda: conheça os programas de acolhimento da Prefeitura de Florianópolis. Florianópolis, 29 mai. 2019. Disponível em: g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-florianopolis/florianopolis-uma-cidade-para-todos/noticia/2019/05/29/nao-dar-esmolos-e-a-melhor-ajuda-conheca-os-programas-de-acolhimento-da-prefeitura-de-florianopolis.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2022

G1/DF. Moradores da 312 Sul marcam reunião para discutir retirada de pessoas em situação de rua da quadra, em Brasília. Brasília, 17 fev. 2022. Disponível em: g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/17/moradores-da-312-sul-sugerem-retirar-pessoas-em-situacao-de-rua-da-quadra-em-brasilia.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2022.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira da expansão do capital. *In: O processo de urbanização no Brasil*/Csaba Deák, Sulei Ramos Schiffer (organizadores) — 2. ed., 1. reimpr. — São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MONTANER, Josep Maria. MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura** — Por um urbanismo do comum e ecofeminista. Editora Olhares: São Paulo, 2021.

MS NOTÍCIAS. Negada na maternidade, moradora de rua dá à luz na calçada. Campo Grande, 27 jan. 2022. Disponível em: www.msnoticias.com.br/editorias/geral-ms-noticias/negada-na-maternidade-moradora-de-rua-da-a-luz-na-calçada-video/133343. Acesso em: 20 fev. 2022.

PALHARES, Isabela; ZYLBERKAN, Mariana. População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia. **Folha de S. Paulo**, 24 jan. 2022. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/na-pandemia-quase-dobra-o-numero-de-familias-que-vivem-nas-ruas-de-sao-paulo.shtml. Acesso em: 20 jan. 2022. PATOS DE MINAS. Campanha “Não dê esmola, dê cidadania”: mobilização foi realizada na sexta-feira. Patos de Minas, 29 out. 2020. Disponível em: patosdeminas.mg.gov.br/home/campanha-nao-de-esmola-de-cidadania-mobilizacao-foi-realizada-na-sexta-feira-5/29/10/2020. Acesso em: 20 fev. 2022.

REBELLO DA SILVA, L. K. A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-1985). Parte II: A política de ocupação das fronteiras Amazônicas. **Klepsidra / Revista Virtual de História**, edição n.º 24, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. — São Paulo: Global, 2015.

RODRIGUES, Ana Karolline. Desigualdade no centro da capital: 36% dos moradores de rua do DF vivem no Plano Piloto. **Metrópoles**, Brasília, 29 nov. 2020. Disponível em: www.metropoles.com/distrito-federal/desigualdade-no-centro-da-capital-36-dos-moradores-de-rua-do-df-vivem-no-plano-piloto. Acesso em: 20 jan. 2022.

SCHWINGEL, Samara. Pandemia agrava o drama das pessoas que vivem em situação de rua no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 ago. 2021. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/08/4945007-pandemia-agrava-o-drama-das-pessoas-que-vivem-em-situacao-de-rua-no-df.html. Acesso em: 22 jan. 2022.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. **Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão Sistemática**. Psicologia: Ciência e Profissão Out/Dez. 2018 v. 38 n.º 4, 662-67

SOMBRA JÚNIOR, Fausto Barreira. **Revisitando “Brasília: contradições de uma cidade nova”** (1967). Quarta Jornada Discente. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PPGAU UPM. FAU Mackenzie. São Paulo, 2018.

SOBRE AS AUTORAS

ALYSSA VOLPINI

alyssa.volpini@gmail.com

Alyssa Volpini é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (UnB).



ANA CAROLINA MEDEIROS

ana@ateliercavilha.com

Arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília, tem o gênero na arquitetura como principal área de interesse e pesquisa. Complementou sua formação acadêmica em cursos na Universidade de Groningen, na Holanda, e no Politecnico di Torino, na Itália. Atua profissionalmente nas áreas de arquitetura e *design* e é cofundadora do Atelier Cavilha.



CAROLINA PESCATORI

pescatori@unb.br

Arquiteta, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e pesquisadora do seu Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Doutora (UnB), mestre em Arquitetura da Paisagem (Pennsylvania State University–EUA). É coordenadora do grupo de pesquisa TOPOS — Paisagem, Projeto e Planejamento e pesquisadora do Amar.é.linha. Sua pesquisa problematiza o urbano do ponto de vista histórico e político.



JÚLIA BIANCHI

jbfbianchi@gmail.com

Júlia Bianchi é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



JÚLIA COUTINHO

arch.juliacoutinho@gmail.com

Júlia Coutinho é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU/UnB), com passagem pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). Cursou Belas Artes em Portugal, na FBAUP, e hoje trabalha como arquiteta em Brasília, com foco em habitação contemporânea e conservação do patrimônio moderno.



JÚLIA MOREIRA

juliafmoreira3@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



LORRANY DA SILVA ARCANJO

lorranysarcanjo@gmail.com

Lorrany Arcanjo é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e integra o grupo do Amar.é.linha — Observatório de estudo feministas em arquitetura e urbanismo da FAU–UnB.



LUIZA REGO DIAS COELHO

lu.dias.coelho@gmail.com

Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Brasília. É vice-presidente extraordinária de Ações Afirmativas e co-coordenadora da Comissão de Equidade de Gênero do Instituto de Arquitetos do Brasil. Cofundadora da Coletiva Arquitetas (in)Visíveis (2014). Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha — estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo.



MAITÊ CAMPOS VIEIRA

maitecamposv@gmail.com

Maitê Campos Vieira, arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU UnB), tem passagem pela École Nationale Supérieure d'Architecture - Paris Malaquais, na França. Após o contato com Belas Artes e *Design* em Paris, atua hoje como *designer* gráfica e diretora de arte em Brasília.



MARIBEL ALIAGA FUENTES

arqmarialiaga@gmail.com

Arquiteta e urbanista pela Belas Artes de São Paulo, Mestre em Teoria da Arquitetura e Urbanismo pelo PROPAP - UFRGS, doutora em Teoria e História da Arquitetura pela UnB, professora adjunta da mesma instituição desde 2008. Feminista e Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha.



NÁDIA VILELA

nadiabtvilela@gmail.com

Nádia Vilela é jornalista e graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



RICARDO TREVISAN

prof.trevisan@gmail.com

Professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), membro do grupo de pesquisa Topos — Paisagem, Projeto e Planejamento, da FAU-UnB, e da rede de pesquisadores do Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU). Coordenador da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UnB. Pesquisador CNPq. Presidente da ANPARQ (2021–2022).



SARA CRISTINA ZAMPRONHA

sarazampronha@gmail.com

Sara Zampronha é mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília. Atualmente, pesquisa direito das mulheres à cidade, crítica feminista ao planejamento urbano, e métodos de participação ativa da população na elaboração e revisão de legislações urbanas.



SARAH GABRIELLE LUCENA SILVA

scls.sarahsilva@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília.



EDIÇÃO E REVISÃO

LUCAS CORREIA AGUIAR

correia.lucas@live.com

Lucas Correia Aguiar é mestre em linguística pela Universidade de Brasília, pela qual também é licenciado em letras. Atua como professor, consultor e revisor de língua portuguesa.



PROJETO GRÁFICO

ATELIER CAVILHA

oi@ateliercavilha.com

Atelier de arquitetura e design, criado por Ana e Filipe: duas mentes curiosas, inquietas e críticas, encantadas pelo ato de criar. Responsável pelo projeto gráfico e diagramação deste livro.



OBSERVATÓRIO
AMAR.
É.
LINHA.



O OBSERVATÓRIO Amar.é.linha foi criado em 2018 como um grupo de pesquisa voltado aos estudos feministas no campo da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, sob coordenação da professora Maribel Aliaga. Este livro é uma coletânea de projetos e pesquisas de alunas de graduação, resultados de Trabalhos Finais de Graduação, ensaios teóricos e pesquisas de iniciação científica, desenvolvidos no Observatório e o consolida como lugar de formação e incentivo a jovens pesquisadoras. Os textos aqui apresentados desenvolvem importantes leituras críticas a partir de uma sólida abordagem política da arquitetura, do urbanismo e do planejamento, enquanto alimentam a esperança de que as pesquisas feministas se consolidem, se espalhem e frutifiquem no Brasil, especialmente em tempos tão sombrios.

textos: luiza coelho **maribel aliaga** ana carolina medeiros
júlia moreira júlia coutinho **ricardo trevisan** maitê campos
sarah silva nácia vilela **lorrany arcanjo** júlia bianchi
sara zamprona alyssa volpini

organização: maribel aliaga **carolina pescatori**

